



Chico Régis

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL E AUXÍLIO DIRETO*

Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva

* Texto adaptado da palestra proferida no "I Seminário de Direito Processual Civil Internacional do Rio", realizado no dia 22 de agosto de 2005, na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro-RJ.

75

RESUMO

Classifica a cooperação jurídica internacional – instrumento de integração jurisdicional entre Estados soberanos distintos – e atenta para a necessidade de reformas do sistema brasileiro de homologação de sentenças estrangeiras e cartas rogatórias.

Entende que, conforme o interesse imediato na efetividade da prestação jurisdicional, a cooperação pode ser ativa ou passiva, esta última ocorrendo como jurisdicional ou administrativa, de iniciativa do juiz estrangeiro ou de iniciativa da parte.

Diferencia entre extradição, carta rogatória e homologação de sentença estrangeira e considera omissa a Constituição brasileira no tocante a procedimentos de cooperação passiva administrativa – ou seja, os que não reclamam, necessariamente, atuação de órgão judicial nacional –, devendo, nesse caso, o legislador infraconstitucional dispor sobre o assunto.

PALAVRAS-CHAVE

Direito Internacional; cooperação – jurisdicional, administrativa; Direito Processual Internacional; auxílio direto – judicial, administrativo; extradição; carta rogatória; sentença estrangeira.

1 COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

Com o presente ensaio, que sugere uma classificação para a cooperação jurídica internacional, pretendo chamar a atenção para a incoerência procedimental do sistema brasileiro de homologação de sentenças estrangeiras e *exequatur* das cartas rogatórias que, a meu ver, agoniza e clama por reformas.

O Direito Processual Internacional alcança princípios e normas inerentes ao acesso à Justiça no plano transnacional, estando, portanto, associado ao Direito Internacional Privado¹.

A cooperação que diz respeito ao Direito Processual Internacional com-preende, na verdade, o procedimento por meio do qual é promovida a integração jurisdicional entre Estados soberanos distintos.

A preferência pela expressão “cooperação jurídica internacional” decorre da idéia de que a efetividade da jurisdição, nacional ou estrangeira, pode depender do intercâmbio não apenas entre órgãos judiciais, mas também entre órgãos administrativos, ou, ainda, entre órgãos judiciais e administrativos, de Estados distintos².

1.1 COOPERAÇÃO ATIVA E MODALIDADES DE COOPERAÇÃO PASSIVA

A cooperação pode ser classificada como ativa ou passiva, de acordo com o interesse imediato, nacional ou estrangeiro, na efetividade da prestação jurisdicional.

Tratando-se de jurisdição nacional dependente da atuação de agentes públicos de outro Estado, utiliza-se a expressão “cooperação ativa” para regulamentar, no Direito interno e perante órgãos nacionais, procedimentos que visem à solicitação de atos públicos estrangeiros no exterior.

Na “cooperação passiva”, o Direito nacional regulamenta a realização de atos públicos nacionais, administrativos ou jurisdicionais, que são instrumentais à função jurisdicional estrangeira.

Nesse contexto, a cooperação jurídica passiva pode corresponder a quatro situações distintas:

1. A realização de atos jurisdicionais nacionais, a partir da provocação do Estado/juiz estrangeiro, ao que se denominaria “cooperação jurisdicional de iniciativa do juiz estrangeiro”.

2. A realização de atos administrativos nacionais, a partir da provocação do Estado/juiz estrangeiro, ao que se denominaria “cooperação administrativa de iniciativa do juiz estrangeiro”.

3. A realização de atos jurisdicionais nacionais, a partir da provocação de ente privado ou público, titular do direito subjetivo sujeito à declaração jurisdicional no Estado estrangeiro, ao que se denominaria “cooperação jurisdicional de iniciativa da parte”.

4. A realização de atos administrativos nacionais, a partir da provocação de ente privado ou de ente público, titular do direito subjetivo sujeito à declaração jurisdicional no Estado estrangeiro, ao que se denominaria “cooperação administrativa de iniciativa da parte”.

2 A COOPERAÇÃO DE INICIATIVA DO JUIZ E A DE INICIATIVA DA PARTE

Na cooperação jurídica de iniciativa do juiz estrangeiro, a sua responsabilidade pela provocação direta dos agentes públicos nacionais ocorrerá sempre que, havendo processo judicial em curso no exterior, tiver de agir de ofício, relativamente a atos de impulso processual³.

Na cooperação jurídica de iniciativa da parte, o interessado, ente público ou privado provocará diretamente os agentes públicos nacionais sempre que deles necessitar para dar efetividade à jurisdição prestada no exterior, em processo judicial por iniciar-se, em curso ou findo.

2.1 COOPERAÇÃO JURISDICIONAL E COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA

Na cooperação jurisdicional internacional, é reclamado – de órgão público nacional – ato de natureza jurisdicional, enquanto na cooperação administrativa internacional, reclama-se ato de natureza administrativa ou judicial sem conteúdo jurisdicional.

A realização de atos jurisdicionais nacionais, associada à efetividade da jurisdição estrangeira, é condição *sine qua non* para que esta tenha algum efeito jurisdicional no território nacional⁴. Seria ofensivo à soberania nacional não conferir a órgão judicial nacional, com função jurisdicional, o poder de aferir a compatibilidade entre os efeitos jurisdicionais de decisão judicial estrangeira e os princípios fundamentais do Estado⁵.

Refiro-me ao juízo de valor que um tribunal nacional emite quanto à observância da ordem pública. Trata-se do conhecido juízo de delibação, assim considerado porque pontual, não permitindo que o juiz reveja toda a decisão estrangeira e nem seja investido numa indesejada função recursal ou revisora do juiz estrangeiro.

A propósito, importa registrar que esse juízo de delibação é exercido necessariamente por tribunal nacional sempre que se almeje algum efeito, na ordem jurídica nacional, de jurisdição estrangeira referente a processo extinto, pendente ou até mesmo futuro, no exterior. A jurisdição nacional somente será movida em prol da jurisdição estrangeira se esta for compatível com os princípios fundamentais do Estado.

Observe-se o exemplo da litispendência internacional. Para que o legislador considere algum efeito de tal fato – extinção ou suspensão do processo nacional –, teria de prever um esforço intelectual do tribunal nacional que correspondesse ao juízo de delibação, pois o processo pendente no exterior só poderia ter o condão de surtir efeito perante o Direito nacional se a pretensão ali deduzida fosse compatível com os princípios fundamentais do Estado requerido⁶.

No tocante à cooperação administrativa, contrariamente, não há risco de ofensa à soberania com os efeitos meramente administrativos ou sem conteúdo jurisdicional, produzidos no território nacional por atos públicos estrangeiros, já que, não sendo aptos a gerar coisa julgada ou exequibilidade, bastaria que fossem acolhidos ou acompanhados por agentes públicos nacionais equivalentes que, por sua vez, estivessem sujeitos a controle judicial interno.

A partir disso, pode-se afirmar: na cooperação passiva jurisdicional, somente órgãos judiciais, no exercício de sua função jurisdicional, poderão ser incumbidos pela lei para atender ao juiz estrangeiro ou à parte processual que estiverem interessados na efetividade da jurisdição estrangeira; na cooperação passiva administrativa, qualquer órgão público nacional, seja administrativo seja judicial, poderá ser autorizado por lei a atender ao juiz estrangeiro ou à parte processual que estiverem interessados na efetividade da jurisdição estrangeira.

3 COOPERAÇÃO JURISDICIONAL DE INICIATIVA DO JUIZ

O atendimento à solicitação de juiz estrangeiro para efetivação, no território nacional, de medida de urgência decretada no exterior é exemplo de “cooperação jurisdicional de iniciativa do juiz estrangeiro”⁷, pois depende de ato jurisdicional nacional, sendo também necessário ao impulso processual de processo judicial em curso no exterior.

Se, depois do início de execução proposta no exterior, necessitar-se de algum ato constitutivo no território nacional, estaremos diante de outro exemplo de cooperação jurisdicional de iniciativa de juiz estrangeiro.

3.1 COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INICIATIVA DO JUIZ

O atendimento à solicitação de juiz estrangeiro para citação ou intimação de testemunha no território nacional é exemplo de cooperação administrativa de iniciativa de juiz estrangeiro, já que o ato judicial nacional pretendido não possui conteúdo jurisdicional e é necessário ao impulso de processo judicial pendente no exterior⁸.

É razoável que toda solicitação de cooperação que não reclame atuação jurisdicional deva ser processada, no caso de ato judicial ordinatório ou sem conteúdo jurisdicional, perante órgão judicial de primeira instância, e, tratando-se de ato administrativo, perante órgão da administração pública que seja ordinariamente competente para o ato estrangeiro no Direito brasileiro.

São, ainda, exemplos de “cooperação administrativa de iniciativa do juiz estrangeiro” a solicitação de informações sobre o Direito nacional, de cópias de documentos constantes de autos processuais em curso ou findos e a produção de outros meios de prova que não reclamem atos de força.

4 COOPERAÇÃO JURISDICIONAL DE INICIATIVA DA PARTE

A propósito da cooperação jurisdicional de iniciativa da parte, registro o seu descabimento sempre que possibilitar à parte processual o direito de reclamar, perante juízo nacional, providência jurisdicional que estiver ao alcance de juiz estrangeiro, pois isso representaria, indiretamente, ofensa ao princípio do juiz natural. Eis um princípio a ser observado

pelo legislador de processo internacional – a cooperação jurisdicional de iniciativa da parte deve ter caráter subsidiário à cooperação de iniciativa do juiz.

A postulação, perante órgãos judiciais nacionais, de medidas cautelares referentes a processos, futuros ou em curso no exterior, medida excepcional e apenas nos casos em que o aforamento no exterior dificultar ou inviabilizar o acesso à Justiça, é o principal exemplo de “cooperação jurisdicional de iniciativa da parte”⁹.

O mesmo ocorre com a execução de sentença, a qual deve ser ordinariamente proposta perante o juiz do Estado que proferiu a sentença de conhecimento, salvo se, *ab initio*, a execução não estiver ao alcance do juiz estrangeiro, hipótese em que o devedor por exemplo, não mais residir naquele território. Nesse caso deverá haver aforamento da execução noutro Estado.

A decisão judicial sobre coisa julgada estrangeira ou litispendência internacional, nos sistemas em que for admitida, ao depender de manifestação prévia do juiz do Estado requerido quanto à compatibilidade da coisa

julgada ou do processo pendente no exterior com os princípios fundamentais daquele Estado, configura mais um exemplo de cooperação jurisdicional de iniciativa da parte.

4.1 COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INICIATIVA DA PARTE

É possível imaginar órgãos ministeriais, ou até mesmo judiciais que tenham função inquisitorial, em fase de investigação para futura ação penal no exterior, necessitando de procedimentos investigatórios, sem conteúdo jurisdicional, perante a ordem jurídica nacional. Isso torna a investigação conjunta de órgãos do Ministério Público ou de autoridades policiais de Estados distintos um exemplo de cooperação passiva administrativa de iniciativa da parte.

5 COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

A Constituição Federal brasileira prevê a competência originária do Supremo Tribunal Federal para o processamento e julgamento da extradição, e a competência originária e privativa do Superior Tribunal de Justiça para o processamento e julgamento da homologação de sentença estrangeira e da carta rogatória¹⁰.

Uma leitura desatenta poderia levar à conclusão de que existem, na ordem jurídica brasileira, somente esses três procedimentos de cooperação passiva, não cabendo ao legislador infraconstitucional inovar.

Entretanto, a norma constitucional em questão não tem em foco procedimentos de cooperação, mas sim a competência originária e privativa de órgãos judiciais superiores, e nesse ponto, apenas, deve ser interpretada restritivamente¹¹.

É importante, assim, identificar o alcance da regra constitucional, não levando em conta o rótulo procedimental “extradição”, “homologação de sentença estrangeira” ou “carta rogatória”.

A cooperação passiva jurisdicional depende necessariamente da atuação de órgão judicial nacional, portanto, a Constituição Federal deseja que toda cooperação jurisdicional seja da competência do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

Como também já registrado, a cooperação passiva administrativa prescinde de ato público nacional a cargo de órgão judicial, não sendo, assim, admissível entregá-la aos tribunais superiores, mas, quando muito, a órgãos judiciais de primeira instância, em procedimentos de jurisdição voluntária, ou a entes ou órgãos públicos administrativos.

5.1 PROCEDIMENTOS DE COOPERAÇÃO JURISDICIONAL INTERNACIONAL

Falta encontrarmos a diferença, possível ao legislador infraconstitucional, entre extradição, carta rogatória e homologação de sentença estrangeira. A extradição, de competência do Supremo Tribunal Federal, deve ser excepcional às demais. É tradição do Direito Internacional enquadrar a extradição como procedimento destinado à entrega de pessoa a juiz estrangeiro que ordenou sua prisão¹².

Dessa maneira, somente esse efeito jurisdicional – a prisão no território nacional determinada por juiz estrangeiro – será admitido via extradição.

Os demais efeitos da jurisdição estrangeira que ordena a prisão e, ainda, as demais espécies de jurisdição sobre questões as mais variadas deverão estar sujeitos a carta rogatória ou homologação de sentença estrangeira.

A única justificativa para a existência de dois procedimentos com o mesmo objetivo – o de incorporar à ordem jurídica nacional uma jurisdição estrangeira por intermédio de ato jurisdicional nacional – é a concessão de prazo diferenciado ao seu processamento.

O legislador infraconstitucional deve fixar um prazo menor para o processamento da carta rogatória em relação ao processamento da homologação de sentença estrangeira, em vista das categorias de cooperação jurisdicional acima identificadas.

A cooperação jurisdicional de iniciativa do juiz estrangeiro seria processada por carta rogatória, já que compreenderia, na prática, o reconhecimento de decisões estrangeiras, interlocutórias, freqüentemente cautelares, o que reclama um juízo deliberatório de cognição sumária.

A cooperação jurisdicional de iniciativa da parte que eventualmente resultar na realização de medida cautelar nacional, ou em outro incidente relacionado a processo em curso ou por iniciar-se no exterior, também deveria estar sujeita ao procedimento da carta rogatória, dada a provisoriedade da situação¹³.

As demais hipóteses de cooperação jurisdicional de iniciativa da parte seriam processadas por homologação de sentença estrangeira, pressupondo-se a existência de uma sentença estrangeira cognitiva, de modo a compatibilizar-se com um juízo deliberatório de cognição exauriente.

Daí as seguintes conclusões:

A extradição, de competência do STF, é destinada à entrega de preso por ordem de juiz estrangeiro.

A carta rogatória, de competência do STJ, é destinada à realização de atos jurisdicionais nacionais referentes a processo judicial cognitivo pendente ou ainda por iniciar-se no exterior.

A homologação de sentença estrangeira, de competência do STJ, é destinada à realização de atos jurisdicionais nacionais referentes a processo judicial cognitivo findo no exterior.

6 PROCEDIMENTOS DE COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA INTERNACIONAL

Restam, entretanto, os procedimentos de cooperação passiva administrativa – os que não reclamam necessariamente atuação de órgão judicial nacional, pois não dependem da realização de atos jurisdicionais no território nacional.

A Constituição é omissa com relação a esses procedimentos, sendo dever do legislador infraconstitucional dispor sobre o assunto.

Nesse contexto, embora sem força de lei, vale invocar o auxílio direto previsto no art. 7º, parágrafo único, da Resolução n. 9, do Superior Tribunal de Justiça, de 4 de maio de 2005, *verbis*: *os pedidos de cooperação jurídica internacional que tiverem por objeto atos que não ensejem juízo de delibação pelo Superior Tribunal de Justiça, ainda que denominados como carta rogatória, serão encaminhados ou devolvidos ao Ministério da Justiça para as providências necessárias ao cumprimento do auxílio direto*¹⁴.

É razoável que toda solicitação de cooperação que não reclame atuação jurisdicional deva ser processada, no caso de ato judicial ordinatório ou sem conteúdo jurisdicional, perante órgão judicial de primeira instância, e, tratando-se de ato administrativo, perante órgão da Administração Pública que seja ordinariamente competente para o ato estrangeiro no Direito brasileiro.

Não sendo o caso de juízo de delibação, o procedimento será de jurisdição voluntária, apenas a cargo de juiz para manter coerência com a característica do ato estrangeiro originário¹⁵ e, da mesma maneira, sendo de autoridade administrativa estrangeira, deverá esta observar o procedimento administrativo aplicável à situação análoga no Estado requerido.

Dessa maneira, o procedimento de auxílio direto permitiria uma classificação. O auxílio direto que envolvesse a atuação de juiz nacional, como, por exemplo, para atos de comunicação processual ou atos de natureza probatória, poderia ser denominado “auxílio direto judicial”; já o auxílio direto que envolvesse a atuação de órgão da Administração Pública, a exemplo de investigações conjuntas do Ministério Público ou de autoridades policiais, poderia ser denominado de “auxílio direto administrativo”.

Portanto, as últimas considerações são as seguintes:

O auxílio direto, no Direito brasileiro, é o procedimento destinado ao intercâmbio entre órgãos judiciais e administrativos de Estados diversos, independentemente de carta rogatória ou homologação de sentença estrangeira, sempre que reclamar de autoridades nacionais atos sem conteúdo jurisdicional.

O auxílio direto judicial, de competência de juizes de 1ª instância, é o procedimento de jurisdição voluntária destinado ao intercâmbio direto entre juizes, sempre que reclamar, de juizes nacionais, atos sem conteúdo jurisdicional.

O auxílio direto administrativo é o procedimento administrativo destinado ao intercâmbio direto entre órgãos da Administração Pública, ou entre juizes estrangeiros e agentes administrativos nacionais, sempre que reclamar atos administrativos de agentes públicos nacionais.

REFERÊNCIAS

- 1 Defendendo a natureza autônoma da disciplina, Morelli (MORELLI, Gaetano). *Derecho procesal civil internacional*. Trad. de Santiago Sentis Melendo. Buenos Aires: EJE, 1956) e Agostinho (SILVA, Agostinho Fernandes Dias da. *Direito processual internacional: efeitos internacionais da jurisdição brasileira e reconhecimento da jurisdição estrangeira no Brasil*. Rio de Janeiro: (s.n.), 1971): a natureza autônoma, porém vinculada ao Direito Processual, Greco Filho (GRECO FILHO, Vicente. *Homologação de sentença estrangeira*. São Paulo: Saraiva, 1978).
- 2 Essa expressão foi utilizada pela Comissão do Ministério da Justiça, presidida por Cláudia Chagas, na elaboração do anteprojeto da denominada *Lei de Cooperação Jurídica Internacional* (SILVA, Ricardo Perlingeiro Mendes da. Anotações sobre o anteprojeto de lei de cooperação jurídica internacional. *Enciclopédia Internacional do Direito Processual*, Brasília. Disponível em: <www.ibep.com.br>. Acesso em: 23 ago. 2005a).
- 3 A cooperação de iniciativa do juiz estrangeiro tem sido o objeto tradicional da carta rogatória no Direito brasileiro. Nádia de Araújo chega a definir carta rogatória como *pedido formal de auxílio para instrução de processo, feito pela autoridade judiciária de um Estado a outro* (ARAÚJO, Nádia. *Direito internacional privado: teoria e prática brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 245). É perceptível que o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, parcialmente em vigor, considera a homologação de sentença estrangeira uma modalidade de cooperação de iniciativa da parte, e a carta rogatória uma modalidade de cooperação de iniciativa do juiz, vez que, no seu art. 218, dispõe: *a homologação será requerida pela parte interessada*, e no art. 226: *recebida a rogatória (...), deixando a idéia de que as rogatórias são processadas de ofício* (Protocolo de Las Leñas, art. 8º).

- 4 O sistema brasileiro de reconhecimento de sentenças estrangeiras, ante o disposto no art. 483 do Código de Processo Civil e no art. 215 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, condiciona a eficácia da sentença estrangeira ao seu reconhecimento prévio pelo Superior Tribunal de Justiça (Emenda Constitucional n. 45/2004). O sistema europeu, de eficácia automática, não dispensa posterior e eventual controle, por ato jurisdicional do Estado requerido (Regulamento CE 44/2000, art. 34 e 43).
- 5 O conceito de ordem pública vem sendo associado a princípios fundamentais do Estado requerido. A lei alemã de Direito Internacional Privado prevê que *não será aplicada uma norma de outro Estado quando a sua aplicação levar a um resultado manifestamente incompatível com princípios essenciais do direito alemão e, em especial, quando a sua aplicação for incompatível com os direitos fundamentais*; a lei austríaca de Direito Internacional Privado, no seu § 6º, dispõe que *não é aplicável uma disposição do Direito estrangeiro quando a sua aplicação conduzir a um resultado incompatível com os valores fundamentais da ordem jurídica austríaca* (SANTOS, Antônio Marques. *Direito internacional privado*: coletânea de textos legislativos de fonte interna e internacional. Coimbra: Almedina, 2002). O Tribunal de Luxemburgo já consignou que *só é concebível a cláusula da ordem pública quando o reconhecimento ou execução de decisão proferida em outro Estado contratante vicié de forma inaceitável a ordem jurídica diante do Estado requerido, quando atentar contra um princípio fundamental* (Seminário de Direito Processual Internacional, 4, 2003, Niterói. *Princípio da ordem pública e conceito de soberania na jurisprudência do Tribunal Constitucional Alemão*. Organização de Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva. Rio de Janeiro: UFF, 2003).
- 6 Conclusão apresentada no Seminário *A Tutela Judicial no Sistema Multinível – Rechtsschutz Mehrebenensystem*, da Universität Erfurt, em parceria com a Universidade Federal Fluminense (CAPES-DGF, FAPERJ), realizado em Erfurt, Alemanha, nos dias 18 e 20 de maio de 2004, em que propus anteprojeto de lei com a seguinte redação: *a ação intentada perante tribunal estrangeiro induz litispendência e, desde que reúna os requisitos para reconhecimento no Brasil, o processo aforado em segundo lugar será suspenso pelo prazo de cento e vinte dias, ou até que haja comprovação do trânsito em julgado da decisão estrangeira*.
- 7 Na legislação em vigor, a carta rogatória executória serviria para o procedimento da cooperação jurisdicional de iniciativa de juiz estrangeiro (Protocolo de Las Leñas, art. 19, e Protocolo de Ouro Preto sobre Medidas Cautelares, art. 18). Porém, nunca houve consenso no Brasil sobre o objeto da carta rogatória. O Código de Bustamante, art. 388, utiliza a expressão “diligência judicial”; a Lei de Introdução ao Código Civil, art. 12, § 2º, a expressão “diligências de autoridades”; a Convenção Interamericana sobre Carta Rogatória, art. 3º, veda expressamente a natureza “executiva” das cartas rogatórias.
- 8 Na União Europeia (Regulamento CE n. 1.348/2000) sequer há obrigatoriedade de realização de ato judicial no Estado requerido para simples notificação ou citação judicial, podendo ser indicado um funcionário público para promover ato de comunicação (art. 2º, 2).
- 9 São exemplos de cooperação jurisdicional de iniciativa da parte: o art. 15 da Convenção Interamericana sobre Obrigação Alimentar; o art. 6º, §1º, da Convenção Interamericana sobre Restituição Internacional de Menores; o art. 7º, f, da Convenção de Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças; os arts. 11 e 12 do Protocolo de Ouro Preto sobre Medidas Cautelares; o art. 3º, 1, da Convenção da ONU sobre Prestação de Alimentos no Estrangeiro.
- 10 Constituição Federal, art. 102, I, g, e art. 105, I, i, com a redação da Emenda Constitucional 45, de 2004.
- 11 A propósito, existem respeitáveis opiniões em contrário de que a Emenda Constitucional 45, de 2004, ao utilizar a expressão “de sentenças estrangeiras” no art. 105, i, da Constituição, em vez da redação anterior “das sentenças estrangeiras”, teria autorizado o legislador infraconstitucional a delegar aos órgãos judiciais de 1ª e 2ª instância a competência para homologação de sentenças estrangeiras (TIBURCIO, Carmen. As inovações da EC 45/2004 em matéria de homologação de sentença estrangeira. *Boletim de Direito Internacional* <Luís Roberto Barroso Associados: escritório de advocacia>, Rio de Janeiro, n. 59, p. 4-6, 2005).
- 12 A nota Elizabeth Goraieb (GORAIEB, Elizabeth. *A extradição no Direito brasileiro*. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999) quanto a origem etimológica da palavra “extradição”, formada dos termos latinos *ex* (fora) e *traditio* (entrega).
- 13 Tese sustentada na palestra “Auxílio Direto, Carta Rogatória e Homologação de Sentença Estrangeira” (SILVA, Ricardo Perlingeiro Mendes da. *Auxílio direto, carta rogatória e homologação de sentença estrangeira*. Digitado. 2005b), proferida no Seminário “Reforma do Código de Processo Penal”, no painel “Lavagem de Dinheiro e Cooperação Internacional”, organizado pela Secretaria de Reforma do Poder Judiciário do Ministério da Justiça, em parceria com a Associação dos Juizes Federais, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais e Instituto Brasileiro de Direito Processual, entre os dias 7 e 9 de junho de 2005, em Brasília-DF.
- 14 A expressão “auxílio direto” é adotada no Anteprojeto de Lei de Cooperação Jurídica Internacional, elaborado pela Comissão do Ministério da Justiça (SILVA, *anotações...*, *op. cit.*). O Anteprojeto de Cooperação Judiciária Internacional da Associação dos Juizes Federais - Ajufe (2003) utiliza a expressão “assistência direta”. Entretanto, em ambos os anteprojetos, auxílio direto ou assistência direta envolvem cooperação jurisdicional de iniciativa da parte (art. 37 do Anteprojeto do Ministério da Justiça e art. 6º do Anteprojeto da Ajufe). O paradigma que encontro para o “auxílio direto” é o “auxílio judiciário mútuo”, previsto na Convenção de Auxílio Judicial Mútuo da União Europeia, cujo art. 3o, I, dispõe que *o auxílio mútuo também é concedido em processos instaurados pelas autoridades administrativas para fatos puníveis nos termos do direito do Estado-membro requerente ou do Estado-membro requerido, ou de ambos, como infrações a disposições regulamentares e, quando da decisão caiba recurso para um órgão jurisdicional competente, especialmente e, matéria penal* (SILVA, *anotações...*, *op. cit.*).
- 15 Nessa linha de raciocínio, não feriria princípio constitucional, nem regra constitucional brasileira, a carta rogatória, de juiz para juiz, na zona

fronteiriça, tal como prevista no art. 7º da Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias e no art. 19, §3º, do Protocolo de Ouro Preto sobre Medidas Cautelares.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ASSOCIAÇÃO DOS JUIZES FEDERAIS DO BRASIL (AJUFE). Cooperação judiciária internacional em matéria penal: anteprojeto de lei. Brasília: AJUFE, 2003. Disponível em: <http://www.ajufe.org.br/04_arquivos/01_livrosajufe/cooperacao_judiciaria.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2005.

DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmen. *Direito internacional privado*: vade mecum. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

SILVA, Ricardo Perlingeiro Mendes da. Reconhecimento de decisão judicial estrangeira no Brasil e o controle da ordem pública internacional no Regulamento CE 44: análise comparativa. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 118, p. 173-186, 2004.

Artigo recebido em 8/11/2005.

ABSTRACT

The author classifies international juridical cooperation – an instrument of jurisdictional integration among distinct sovereign States - and he points out the necessity of reforming the Brazilian system of foreign judgments homologation and rogatory letters.

According to the immediate interest in the judgment effectiveness, he understands that cooperation may be active or passive, the latter occurring as either jurisdictional or administrative, from the foreign judge's or the litigant's action.

At last, he draws a distinction among extradition, rogatory letter and foreign judgment homologation. He considers that the Brazilian Constitution is neglectful in relation to the proceedings of administrative passive cooperation – that is, the ones which do not necessarily call for an action of a national judicial organ –, in which case, the infraconstitutional legislator must deal with the matter.

KEYWORDS

International Law; cooperation – jurisdictional, administrative; International Procedural Law; direct aid – judicial, administrative; extradition; rogatory letter; foreign judgment.

Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva é professor titular da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense e juiz federal na Seção Judiciária do Rio de Janeiro.